

O SIGMA E O ESTADO NOVO:

A reformulação da imagem da Ação Integralista Brasileira (AIB) em Garanhuns entre os anos de 1932-1945

Márcio André Martins de Moraes
Graduando do curso de Licenciatura em História da UFRPE
marcioammoraes@hotmail.com
Orientadora Prof^a. Dr^a. Giselda Brito Silva – UFRPE
Órgão financiador: PIBIC/FACEPE/CNPq

RESUMO

A presença vigilante exercida pela polícia política em relação aos membros da Ação Integralista Brasileira (AIB) na cidade de Garanhuns entre os anos de 1932 e 1945 é a meta de nossa comunicação. Dessa maneira, procuraremos nos debruçar sobre os prontuários funcionais, resultantes da prática de vigilância, fichamento e arquivamento da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e como esses contribuíram para a invenção e inversão da imagem integralista durante o governo Vargas. Assim, buscaremos perceber e analisar as práticas discursivas e não-discursivas da DOPS-PE na cidade Garanhuns e a intensa comunicação que essa cidade mantinha com a capital pernambucana nos anos anteriores e posteriores a 1937, com a instauração do Estado Novo. Com as mudanças políticas pós-37, ressaltaremos as reformulações na identidade dos seguidores da doutrina do Sigma, que passaram de soldados defensores do lema: *Deus, Pátria e Família*, a inimigos nacionais e incompatíveis com o espírito cívico brasileiro.

Palavras-chaves: Estado Novo, vigilância e integralista.

Comumente quando nos voltamos aos estudos sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB) encontramos muitas afirmativas que caracterizam os membros da AIB como aliados do governo Vargas. No entanto, sendo então os camisas-verdes (como também eram chamados os integralistas) ligados ao governo, perguntamos qual motivo teria esse de manter os integralistas sobre vigilância? Tal vigilância se pode observar pelo grande número de prontuários funcionais que possuem como tema a AIB, mesmo nos anos anteriores a implantação ao Estado Novo em 1937. Tais interpretações provavelmente se devem à propaganda interlocução que havia entre Getúlio Vargas e os integralistas na luta contra os comunistas, dando-nos a impressão de aliança entre eles. Contudo, os prontuários da polícia registram os confrontos entre os dois lados: a vigilância e o controle.

A Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS) procurava exercer uma prática de vigilância, fichamento, apreensão, arquivamento, repressão e manutenção da ordem social. Nessa prática foram construídos prontuários, sendo esses divididos em prontuários individuais (os quais não tivemos acesso) e os funcionais (que poderíamos chamar de temáticos). Esses últimos

foram as nossas principais fontes documentais, porém não as únicas. Sendo formados em sua maioria por uma coleção de partes policiais que contém as escritas dos investigadores, arquivados juntamente com periódicos, recortes de jornais, panfletos, cartas, fotos, selos e documentos burocráticos dos partidos, dos movimentos, dos sindicatos e de outros grupos, etc. Ou seja, os prontuários funcionais constituem um *corpus* documental muito rico ao historiador. Entretanto, temos consciência que esse arquivo não foi produzido como um lugar de estudos e pesquisas para as futuras gerações. O arquivo policial era uma arma, que essa instituição tinha para enfrentar os grupos classificados como subversivos.

Assim, essa *práxis* policialesca do governo procurava construir as imagens dos personagens políticos que formavam o cenário nacional. Sendo esses legitimados ou não, dependendo dos interesses dos grupos e projetos que formavam o governo. Dessa forma, a atividade de vigiar, fichar e arquivar não era feita de forma alheia, sem nenhuma intencionalidade, pois essas documentações produzidas e selecionadas em relação aos integralistas possuem dois momentos distintos nesse arquivo. O primeiro entre os anos de 1932 a 1937, quando nos prontuários integralistas é possível ver uma grande freqüência de discursos relativos ao seu lema: *Deus, Pátria e Família*. Enquanto no segundo momento – entre os anos de 1937 a 1945 – a AIB começa a ser caracterizada como subversiva e ligada aos interesses internacionais.

Percebe-se, também, que em muitos momentos, o material fichado ou recolhido era comumente marcado com lápis coloridos, sublinhando os nomes e os atos desses inimigos vigiados. Assim, entendemos quais seriam os possíveis focos e inimigos sociais, em que a polícia política deveria agir de forma repressiva para evitar a desordem. Esses inimigos no pós-37 foi frequentemente personificados pelos membros da AIB. Segundo essa prática de vigilância, anotações e classificação Michel Foucault diz o seguinte:

...os indivíduos num campo de vigilância situa-o igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. Um “poder de escrita” é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina.

Como já comentamos, os membros da AIB também foram objetos de vigilância da polícia política de Vargas, sendo que a perspectiva que os prontuários constituem para esses membros integralistas entre os anos de 1932 a 1937 é completamente antagônica a apresentada nos prontuários do pós-37. Essa discussão pode ser percebida na tese de Giselda Brito Silva (2002). No entanto, decidimos analisar essa mudança a partir de uma cidade do interior de Pernambuco, no caso, o município de Garanhuns.

O município de Garanhuns, localizada a 229 quilômetros do Recife, apresentou durante os anos 30 uma intensa atividade política, que em muitos momentos foi nutrida pela presença

integralista. Aqui buscaremos argumentar inicialmente a invenção da imagem integralista e de sua política para os municípios; depois procuraremos ver como as mudanças políticas, no caso a implantação do Estado Novo, possibilitou a inversão da identidade integralista, levando esses a serem percebidos na cidade de Garanhuns como subversivos.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) em Garanhuns antes do Estado Novo

A AIB possui como marco de sua gênese, no cenário político nacional, a publicação do *Manifesto de Outubro de 1932*. Esse, escrito por Plínio Salgado, discursava os motivos que levaram a organização desse movimento. Dentre essas motivações, encontra-se no Manifesto integralista: um forte sentimento nacionalista pautado em uma rígida hierarquia que buscava a implantação de uma dada *Ordem Social* no Brasil. Esse desejo se formava unidamente com a experiência religiosa, nesse caso, os ensinamentos do cristianismo católico. O combate aos materialistas, também pode ser destacado como uma das características da postura miliciana dos integralistas. Rodrigo Santos de Oliveira (2004) ressalta que esse conceito de materialismo não possuía uma delimitação específica, podendo ser discursado como comunistas, liberais, maçons e judeus, ou alguma forma de junção de todos esses. Esses elementos que motivaram a construção e consolidação da AIB tiveram grande peso na penetração desse ideário em solo pernambucano. Dentre esses, destacamos os discursos de cunho religioso. No entanto, nesse momento torna-se imprescindível discutirmos a importância dos municípios para os integralistas. Dessa forma, o *Manifesto integralistas* diz:

O município é uma reunião de famílias. (...) Os municípios devem ser autônomos em tudo o que respeita a seus interesses peculiares, por que o município é uma reunião de moradores que aspiram ao bem-estar e ao progresso locais. A moralidade administrativa pode ser fiscalizada pelas próprias classes, pois o que determinava a desmoralização das Câmaras Municipais no sistema democrático era a politicagem, o apoio com que contavam os chefes políticos locais das dirigentes da política estadual. (...) O município, portanto, sede das famílias e das classes, será autônomo e estará diretamente ligado aos desígnios nacionais.

Percebe-se nessa citação a importância do Município na administração de um Estado Integral. Pois esse era o lugar onde as famílias se faziam sentir de forma mais intensa no cenário político. Assim, a 9ª seção do Manifesto, torna-se fundamental para a nossa pesquisa, revelando que o município era na verdade a união das famílias e essas no Estado Integral estariam ligadas a determinadas classes, que empreenderiam as políticas necessárias para o bem dessas próprias famílias e consecutivamente do país. Deixando, dessa forma, os interesses dos chefes locais em um segundo plano. No entanto, não é bem isso que acontecia na prática. Analisando a situação do interior do Estado de Pernambuco Giselda Brito (2007) argumenta que: “No interior do

Estado a atuação e expansão do movimento ficavam, então, condicionadas ao apoio dos chefes locais.” Levando a doutrina do sigma a se reformular, de acordo com os interesses locais. Mas,

Para os líderes do integralismo, isto não significa que o movimento tivesse perdido seu sentido doutrinário da forma a nação integral acima das formas particulares. Alguns chefes integralistas diziam nas reuniões, que se tratava de “ceder aqui para que o movimento cresça ali”. Tratava-se de adotar certas estratégias políticas, para enfrentar as dificuldades locais.

Dessa maneira, as formações discursivas integralistas que apontavam o município como centro administrativo das famílias brasileiras, acabavam esbarrando em uma realidade envolvida pela autoridade das grandes famílias. Ao mesmo tempo, essa estrutura social do interior do Estado de Pernambuco era antagônica com os discursos modernizadores do governo provisório dos anos 30.

Nesse contexto, Pernambuco vivia um momento inspirado pela presença de uma modernização, o moderno surgia e circulava nas ruas da metrópole, o Recife. De acordo com as palavras de Antonio Paulo Rezende (2005): *“os tempos modernos ampliaram a diversidade, os projetos de dominação da natureza, as sutilezas que envolvem as relações de poder, as tramas sociais e políticas. Instauraram o culto, às vezes cego, ao progresso.”*

O discurso do moderno que era produzido e/ou reproduzido em Pernambuco, passava pelos filtros das oligarquias locais, que não estavam dispostas a perderem suas influências políticas. Mesmo assim, alguns usineiros envolveram-se com a “Revolução de 30”, aderindo a Aliança Liberal. Dentre os membros pernambucanos da Aliança, podemos destacar o nome de Carlos de Lima Cavalcanti, que foi posteriormente nomeado Interventor. Esse de acordo com Giselda Brito Silva (1996), *“enfrentaria sérias dificuldades no poder político e controlar o clima de desordem pública que caracteriza o imediato pós-30”*. Mas, Lima Cavalcanti segundo essa mesma historiadora contaria com o apoio da Igreja Católica, possuidora de grande influência na sociedade pernambucana. Dessa forma, o Interventor empreendeu *“medidas modernizadoras e moralizadoras, que marcariam toda a sua administração pública.”* Desse modo, encontravam-se os pernambucanos envolvidos em um complexo sistema, formados por enunciados que tendiam conciliar o ideal moderno com a tradição cristã, deslegitimando o progresso sem Deus e sem os alicerces morais da sociedade cristã.

Em suma, o sentimento de desapontamento das diversas classes sociais com relação ao governo Revolucionário vai ser um dos elementos utilizados pela esquerda nacional e pelos integralistas na construção de seus enunciados. Giselda Brito lembra que: *“... a base da proposta integralista foi a imagem da crise pós-30”*. Assim, as promessas modernizadoras, trazidas por Rezende (2005), tinham que se desenvolver coerentemente com os dogmas religiosos, sendo o comunismo uma ameaça a esses ensinamentos.

Essa postura que buscava uma coerência entre os preceitos religiosos e os ideais políticos foram uma das principais características cooptadoras dos integralistas no Estado de Pernambuco. Pois não devemos perder de vista que estamos tratando de uma sociedade de maioria cristã. Os discursos de cunho religioso e a pregação do perigo comunista foram caminhos utilizados para a legitimação da imagem integralista no município de Garanhuns.

Mas, a implantação de um Estado Integral tinha que vencer os inimigos nacionais, que já foram citados como os materialistas. Dessa maneira, os discursos integralistas tendiam a construir um dado cenário de conflitos, onde as forças espiritualistas e materialistas disputavam o espírito nacional. Entretanto, segundo Carla Luciana Silva (2001) os comunistas eram discursados como possuidores de uma ideologia incompatível com o espírito brasileiro. Esse conflito entre ordem e caos, bem e mal, espiritual e material fazia parte da prática pedagógica da doutrina integralista, isso pode ser percebido no livro *O que é o Integralismo*, de Plínio Salgado (1937). Esse delimita o cenário de embates da seguinte forma:

Sob o signo espiritual, a lucta se attenua, porque entram na sua composição factores modificativos, como sejam a bondade, a solidariedade humana, a anseio de aperfeiçoamento moral, o predomínio [sic] do senso esthetico e religioso, os sentimentos de Pátria, de Família, de renuncias de pequenos sacrificios glorificadores.

Quando predomina o materialismo também predomina o orgulho, a vaidade, a rebeldia, a discórdia, a indisciplina, a razão desabam, as Pátrias succubem, a sociedade apodrece na confusão desmoralizadora dos costumes, e a vida torna insupportavel para os que não estão no poder, acastellados no governo ou na riqueza.

Esse cenário conflituoso, onde a ordem encontra-se ameaçada pelo caos, era recorrente nas formações discursivas dos integralistas. Essa prática discursiva teve grande repercussão entre os militantes pernambucanos, que percebiam no comunismo ateu uma ameaça aos pilares religiosos da sociedade brasileira. Assim, o integralista em Pernambuco, consecutivamente em Garanhuns, entendia como seu dever enquanto patriota e cristão, combater o comunismo, que representava o fim dos ideais que configuravam o lema: *Deus, Pátria e Família*. Como declara M. G. A. A. de Almeida (2001): *“Por meio das metáforas, as figuras de linguagem construíam uma imagem do comunismo como doença (vírus e germens) apontando monstros que estariam prontos para “devorar” os incautos”*. Entretanto, não devemos negligenciar o combate ao liberalismo, que nos parece muito forte entre os integralistas de Garanhuns.

Dessa forma, ao se eleger um inimigo, ou uma ameaça real de caos, os integralistas se apresentavam como os defensores da pátria e da tradição. No município de Garanhuns, a ferramenta para o combate aos inimigos foi encontrada no periódico *A Razão*. Entretanto, essa imagem de defensor da ordem e do espírito nacional vai ser deslegitimada com o Estado Novo em 1937. Esse processo de inversão da imagem integralista será nossa meta a partir de agora.

Inversão e perseguição: A caça aos integralistas em Garanhuns

Em 1937 vem à tona um documento, supostamente de origem comunista, que revelava a intenção dos vermelhos (os comunistas) de tomarem o controle da nação. Mesmo que para isso fosse preciso a utilização da força física. Esse plano recebeu o nome de Plano Cohen, que era uma farsa construída pela direita, mais especificamente pelo capitão Olímpio Mourão Filho, membro do Serviço Secreto Integralista. Getúlio Vargas aproveitando-se do medo provocado por esse “documento comunista” na sociedade brasileira, instaura em 10 de Novembro – com uma nova constituição – o Estado Novo. Segundo Vargas, esse sistema político estaria apto para defender o Brasil de qualquer investida dos comunistas ou de outros inimigos. Assim, acrescenta Marcília Gama (1996): *“O objetivo do governo era liquidar, com um lance decisivo, as oposições regionais e dar ao tema de ameaça comunista um novo impulso. O plano Cohen foi forjado com esse objetivo”*.

Assim, Almeida (2001) ressalta que: *“Ordem versus desordem permeia o discurso estadonovista em Pernambuco...”*. Esse ambiente encontrou no perigo comunista o motivo inicial, mas não o único. Pois havia também outros grupos que poderia ruir o templo da ordem do Estado Novo. Dentre esses perigos potenciais, encontravam-se os integralistas. Sobre a relação do Estado Novo e o integralismo, Giselda Brito (2002) argumenta o seguinte:

O Estado autoritário de Getúlio representava, na prática, a vitória das ideologias nacionalistas em voga, bastante defendidas pelos intelectuais. Concordamos, assim, que o integralismo contribuiu para a doutrinação e expansão das idéias de um Estado forte e autoritário, propagando por todo território nacional um discurso antiliberal e destacando a ameaça do comunismo. Entretanto, não concordamos que esse fato tenha significado que o Estado Novo representou a vitória do Sigma, muito menos para os integralistas que sofreram perseguição policial, sendo alguns levados à prisão, mesmo antes de 1938. Nem entre os depoentes desse período, o Estado Novo era visto como a efetivação de um projeto integralista. Antes, ele significou o fim da AIB e não a sua concretização.

Essa situação materializou-se com o fechamento de todos os partidos e movimentos políticos no Brasil, empurrando os integralistas a se metamorfosearem em Associação Brasileira de Cultura (ABC). Mas, o importante nesse momento para nosso tema é perceber como AIB, que até pouco tempo eram os “aliados” do governo, tornam-se inimigos e promotores do caos social.

As proibições e perseguições impostas aos integralistas tiveram grande impacto em Pernambuco, governado então pelo interventor Agamenon Magalhães, sucessor de Carlos de Lima Cavalcanti. Isso fica evidente pelo grande número de partes policiais denunciando a permanência e as “arruaças” integralistas no Estado, e pelos artigos de jornais que começaram a ligar os integralistas a subversivos.

O ataque empreendido em 1938 pelos integralistas ao Palácio do Guanabara, comprovou, nos discursos governamentais, a periculosidade dos membros da AIB. Esse fato foi trabalhado de

forma incessante pelos periódicos da época, tornando os camisas-verdes, de forma definitiva, os desordeiros da nação. A inversão dessa imagem, nas partes e circulares policiais, torna-se evidente no município de Garanhuns, onde os classificados como integralistas tiveram suas residências invadidas e vistoriadas pela DOPS. Os relatórios enviados ao Secretário de Segurança Pública revelam um grande número de livros, armas e signos integralistas.

Dessa forma, paralelamente o Estado Novo que revelava sua face policiaesca, necessária na defesa do *status quo*, divulgava simultaneamente a ameaça do caos, sendo essa desordem materializada no perigo integralista. Isso pode ser percebido na seguinte nota, vinda do Rio de Janeiro e publicada no Jornal Pequeno, essa revelava:

Rio, 18

Polícia em nota detalhada, á imprensa, da conta das actividades subversivas dos Integralistas, que preparavam em todo território nacional. Estava o tramando o assassinio de todos os homens do governo e outras autoridades, além de figuras não symphatizantes do sigma. Foram effectuadas as prisões de vários chefes Integralistas aqui e nos Estados, além de officiaes de exercito e da policia.

Assim, a imagem dos integralistas era virada pelo avesso, tornavam-se subversivos, adjetivo frequentemente utilizado nesse momento para caracterizá-los, e começaram a ser, depois do atentado ao Palácio do Guanabara, apontados como assassinos e de estarem arquitetando um golpe, que daria o poder para os seguidores de Plínio Salgado. Esse golpe viria acompanhado por um verdadeiro massacre, revelando dessa forma, a verdadeira natureza desse grupo. Em Pernambuco, a polícia política procurava passar em suas entrevistas aos periódicos da época a periculosidade dos seguidores do sigma, mas deixa bem claro que a vigilância policial esta pronta para intervir se necessário.

Assim, para o Estado Novo os camisas-verdes integralistas eram tão perniciosos ao espírito nacional como os vermelhos comunistas. Ambos – um de eixo-Moscou e ou outro de eixo-Roma-Berlim respectivamente – caracterizavam os interesses internacionais do imperialismo. Os dois feriam a ordem estabelecida pelo novo regime, o Estado Novo, por isso deveriam ser desarticulados e os seus membros impedidos de prejudicar a sociedade brasileira. A perseguição aos membros integralistas foi intensificada. Isso pode ser percebido pelo grande número de partes policiais vindas de Garanhuns e endereçadas ao Secretário de Segurança Pública. Essas descreviam as diligências sobre as casas e o núcleo da AIB naquela cidade.

Enfim, pudemos perceber a partir da análise de alguns prontuários funcionais, que as formações discursivas do pós-37 conduziu a um novo efeito sobre a imagem dos integralistas, que como já foi abordado, deixaram de ser os defensores da sociedade brasileira e foram transformados, discursivamente pelo governo, nos inimigos nacionais que sempre se dispuseram

a enfrentar. Logo, os integralismos tornaram-se tão maléfico à sociedade brasileira quanto aos comunistas nos anos que antecederam a 37.